



ANO 16
No. 134
MAR-ABR/2006
F.A.R.J.

LIBERA

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO
farj@riseup.net <http://farj.entodaspertes.org> Cx. Postal 14576 - CEP 22412-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Reuniões do CELIP todas as terças, 19h no SINDSPREV-RJ. Rua Joaquim Silva, 98-A - Lapa. Auditório do 3º andar.
Biblioteca Social Fábio Luz, sábados de 9h às 17h. Rua Torres Homem, 790 - Vila Isabel

CEM ANOS DO PRIMEIRO CONGRESSO OPERÁRIO

Em abril de 2006 o trabalhador brasileiro terá motivo para comemorar uma data de suma importância para a sua história. Naquele mês se completarão 100 anos da realização do I Congresso Operário Brasileiro, realizado de 15 a 22 de abril de 1906 no Centro Galego, situado à rua da Constituição, no centro do Rio de Janeiro. Ali, pela primeira vez o operariado se reuniu em âmbito nacional, estando presentes ao encontro 43 delegados de diversas partes do Brasil, representando 28 sindicatos e/ou associações operárias ligadas à área industrial ou ao setor de serviços.

Dentre as resoluções a que chegou o I COB estava o conselho ao operariado a que se organizasse em sociedades de resistência econômica, colocando fora do sindicato toda e qualquer luta política. Consideravam os congressistas que opiniões políticas e religiosas apenas dividem o trabalhador, enquanto os interesses econômicos são comuns a todas as classes. Além disso, também ponderaram os debatedores daquele Congresso que “todos os trabalhadores reconhecem a necessidade iniludível de ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha”. Dentro da mesma linha de raciocínio, o I COB rejeitava o assistencialismo como forma de atrair mais membros para os sindicatos, já que tal prática embarçaria sua capacidade de luta e resistência.

Em termos específicos de categorias, o Congresso recomendou uma campanha contra a exploração de colonos pelos fazendeiros, sugerindo a formação de sindicatos de trabalhadores rurais, assim como de mineiros e de operários que trabalhassem para o governo, posicionando-se contra a exploração do trabalho feminino. Também propunha a substituição das diretorias de sindicatos por comissões administrativas, a não admissão de patrões, mestres e contramestres em seu meio e a deflagração de luta imediata pela consecução da jornada de 8 horas de trabalho através da ação direta, isto é, prescindindo os trabalhadores de quaisquer intermediários.

Por último, mas não menos importante, o I COB deliberou pela criação da *Confederação Operária Brasileira* (COB) com sede no Rio de Janeiro.

Primeira organização sindical de âmbito nacional, a COB era calcada nos princípios do sindicalismo revolucionário da Confederação Geral do Trabalho francesa, representando, portanto, o que naquele momento histórico havia de mais efetivo na luta dos trabalhadores. A Confederação estruturou-se efetivamente a partir de 1908 reunindo, em bases federativas, cerca de 50 associações de vários estados (Rio, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, etc). Durante os anos seguintes a COB esteve à frente de grandes campanhas como o movimento antimilitarista de 1908 (reação a uma manobra internacional para jogar Argentina e Brasil em uma possível guerra, em que a COB manifestava sua fidelidade a moção aprovada no I COB de que “a guerra é um grande mal para os trabalhadores que lhe pagam todos os encargos com seu dinheiro e o seu sangue”) e as manifestações de protesto contra o fuzilamento do pedagogo libertário Francisco Ferrer na Espanha que chocou todo o mundo (com uma manifestação de 5.000 pessoas só no Rio), além das lutas



1o. Congresso Operário Brasileiro, 1906.

sindicais propriamente ditas. Foi ainda criado um jornal que seria o seu órgão: *A Voz do Trabalhador* que, dinâmico por ser um reflexo direto das lutas sociais da época, circulou em duas fases (1908-1909 e 1913-1915). Em sua última fase *A Voz do Trabalhador* chega a atingir uma tiragem de 4.000 exemplares, considerável para a época.

O I Congresso Operário Brasileiro teve ainda como consequência direta a realização em São Paulo de 17 a 19 de abril de 1908 do 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo, realizado com o objetivo de reafirmar, no plano local, as resoluções aprovadas dois anos antes no Primeiro COB. Mais dois congressos operários nacionais em 1913 e 1920 reafirmaram, em suas linhas gerais, as diretrizes do Congresso de 1906.

Viva o sindicalismo revolucionário!
Por sindicatos livres e autônomos!

"O PT é, de fato, um partido interessante: começou com presos políticos e vai terminar com políticos presos".

Joelmir Betting

“A AÇÃO DIRETA E AS COMISSÕES DE BASE SÃO AS GRANDES ARMAS DOS TRABALHADORES”

Neste 1º de Maio – Dia de Luto e Luta – o Libera oferece aos leitores o testemunho de um companheiro profundamente participante nas lutas sociais. Luiz Ernesto Tavares na entrevista a seguir conta um pouco de sua longa trajetória engajada na categoria dos petroleiros, o que já lhe valeu diversas punições pelos donos da situação. Conta ainda Tavares como através da prática se encontrou com as idéias anarquistas e lança um alerta para que os trabalhadores fiquem atentos àqueles que se dizem seus defensores mas que, na realidade, apenas repetem (e desta vez em farsa) antigos esquemas de dominação. Manifesta nosso entrevistado sua convicção na ação direta e na organização de base como as grandes armas de combate dos trabalhadores.

Libera - Tavares, como foi o início de sua militância?

Tavares - Começou em 1984. Em 1982 entrei para a Petrobrás. Em 84 houve um famoso acidente na plataforma de produção de *Enchova*, comovendo a base, que sentiu que o sindicato oficial não fazia nenhuma questão de estar em Macaé onde ocorreu o desastre. A partir deste acidente, em 85 organizamos pela **base** representantes tirados em cada plataforma, comissões para organizar uma associação da categoria. Como ainda estávamos na ditadura, registramos essa associação em cartório, tiramos uma diretoria, que a representaria, mas tendo sempre em vista que ela teria que ser uma associação da **base**. Participei dessa diretoria, que na verdade era composta apenas por um presidente, um secretário, que era eu, e mais dois suplentes. Havia também um conselho fiscal com quatro membros. Agora, a partir do momento em que formamos esta associação, começamos, tendo como ponto de partida as **comissões de base**, a levantar bandeiras. Então lutamos pela redução de jornada que na época era 1 por 1 (um embarque e uma folga), ou seja na verdade era de 14 dias por 14 dias. Levantamos a bandeira da escala do “1 por 2” (um trabalhado, dois de folga). A nossa proposta foi amplamente aceita. Transformou-se, então, na prática na reivindicação de “10 por 20” (trabalhar 10 e folgar 20). A partir daí começamos a nos empenhar cada vez mais na organização dos trabalhadores. Foi então que se iniciou a CUT. Seu primeiro congresso foi em 84. Fui tirado como delegado e ali compareci como **representante da base**. Então a CUT nasceu nessa visão de **base** convivendo com representações sindicais de acordo com o velho estado de coisas. Inclui uma das grandes bandeiras da época era tirar os sindicatos da tutela do Estado. Então a CUT nasceu dessa forma, pela **base**, e querendo sair da tutela do Estado. Isto para mim era uma questão de princípios. Então era uma bandeira a se empunhar.

Libera – Houve um momento em que você se interessou pelas propostas da então Convergência Socialista?

Tavares- Sim, isso ocorreu em 1987. O Lula, já se formando como Articulação Sindical, não dava muita importância às organizações de **base**, inclusive houve uma greve na Fiat aqui no Rio que o Lula simplesmente ignorou e era uma greve feita pelas organizações de **base**. Então, a partir deste momento, a Convergência colocava essa continuidade da organização pela **base**, dando apoio à associação, então fui para a Convergência. Em 88 houve um Congresso Nacional da CUT, o terceiro, em que a Articulação Sindical, querendo acabar com o “perigo” das organizações de **base**, propõe que a CUT seja só composta por representantes sindicais e a Convergência na época foi contra isso. O setor sindical da Convergência lutou nesse congresso contra esse tipo de manobra do estatuto. Só que, terminado o Congresso, a Convergência continuou na CUT e com isso de 88 até os dias de hoje a CUT

continua a combater o projeto da **organização pela base**.

Libera – E como se desenvolveu esta situação?

Tavares – Em 1988 a associação transformou-se em sindicato que passava a se chamar Sindipetro NF (Norte Fluminense), também sem vínculo com a estrutura do Ministério do Trabalho. Apesar de termos colocado o estatuto em cartório, não dávamos muita atenção à questão da legalização no Ministério, apesar de também termos um processo apenas para dar conta das formalidades. Em 90 eu já havia saído da Convergência e então aconteceu a eleição do Sindipetro RJ. Nesse contexto, uma parcela do Sindipetro NF, da **base**, compõe com a oposição cutista do Rio de Janeiro para formar uma chapa contra a situação encastelada no Sindipetro RJ. O PSTU não rompe com este esquema. Eu fui convidado como representante da **base** mas me neguei a participar, entrar nessa estrutura. Em 95, após a oposição cutista e de base (Macaé) vencerem a eleição, acontece a separação do sindicato em Sindipetro RJ e Sindipetro NF. Este último que formalmente tivera início com o nosso registro, na realidade, vinha desde 85.

Libera - E as **comissões de base**? Continuaram?

Tavares - Sim, pois não há como desarticulá-las, pois quem faz as greves são as **organizações de base**. Não há condição de um diretor sindical ir na base, apesar de haver alguns diretores em algumas plataformas, quem organiza mesmo é a **base** que sai em greve de ocupação, isto é importante destacar. Esta forma de luta vem desde 88 e foi organizada pelo nosso antigo NF. **Greve de ocupação com parada de produção** na Petrobrás, quem fez pela primeira vez em 88 foi o antigo NF, que era, como já nos referimos, uma **organização de base**. Ainda em 88 organizamos, pela primeira vez no país no ramo petroleiro, como reforço para a luta global na região, uma parada de produção por tempo determinado, de 2 horas.

Libera – E a Convergência, como atuou daí para a frente ?

Tavares - A Convergência, posteriormente organizada sob a legenda do PSTU, permaneceu na CUT até 2004, quando se iniciou a proposta da CONLUTAS que a meu ver é uma repetição muito pobre do que era a CUT antes, porque a CUT em seu nascedouro propunha **organização pela base** e o fim da vinculação com o Estado. Atualmente, apesar da contundência verbal em seus comunicados e discursos, eu não a vejo desempenhando qualquer papel de âmbito revolucionário.

Libera - E foi por aí que você se tornou anarquista? O que te levou a esta opção ideológica?

Tavares - Sim. O que me levou ao anarquismo foi observar que sua prática é sempre pela **organização da base** autogestionária e pela ação direta (greves). Inconscientemente eu já estava dentro da visão anarquista. A política “dos outros” já me parecia falsa quando pude observar que não contemplava uma organização revolucionária dos trabalhadores. Isto ficou claro naquela época e a gente vê hoje em movimentos como os recentemente acontecidos na França em que a **CNT anarquista**, organizada pela **base**, está atuando junto com outras entidades libertárias. O povo, a **base**, conseguiu implodir uma lei ministerial através da **ação direta**, com o concurso de 2 greves gerais, o que é importante frisar. A partir do momento em que saí da Convergência, logo a seguir vejo os anarquistas em uma passeata, li alguma coisa a respeito, não muito mas o suficiente e comecei a discutir, atraído pelas propostas de **ação direta**, as **greves de ocupação**, coisas de que já tínhamos uma prática na Bacia de Campos e a teoria anarquista confirmava tudo isto.

Libera - É interessante você se aproximar do anarquismo, que desmascara a farsa institucional do sufrágio universal, em 1989, com a perspectiva da primeira eleição direta para presidente, o que levou muita gente a ter esperança no caminho eleitoral...

Tavares - Já tinha participado de outras eleições com a Convergência. Estou convencido de que realmente não podemos entregar nossas vontades a nenhum representante. O descompasso entre as lutas dos trabalhadores e política eleitoral parece estar bastante evidente para o movimento sindical atualmente. Agora mesmo podemos ver a questão dos petroleiros que praticamente não vão ter campanha em função da eleição agora para presidente da república. Foi assinado um acordo para a categoria válido por dois anos, quer dizer este ano, eleitoral, não tem acordo, só o dissídio, reajuste sindical. Penso que tal situação, que vincula toda uma organização de classe a um calendário eleitoral, é fruto da capitulação diante da democracia burguesa. O que poderia ser diferente se, como hoje na França, apelássemos para as organizações de base para que elas tirassem seus delegados e os enviassem como representantes de negociação para a formação de um quadro mais favorável a autonomia e autodeterminação da classe. Hoje nos petroleiros temos importantes demandas a serem encaminhadas. Reivindicações como a escala de “1 por 2” e itens de segurança nas plataformas. Neste momento nas plataformas, diferente do que pregam as diretorias burocratizadas, a classe deveria estar mobilizada para mostrar a necessidade da luta e não do atrelamento aos meios formais de representação oferecidos pela burguesia.

Libera - Voltando a 1988: como foi o processo da greve daquele ano e sua primeira demissão da Petrobrás?

Tavares - Em 88 eu era coordenador do Sindipetro NF, e já estava demitido antes mesmo da greve. Eu era representante da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e fui demitido mesmo assim. Uma das pautas da greve de 88 era o meu retorno, foi a tal greve por tempo determinado, por 2 horas. Esta paralisação serviu de referência para outras greves por tempo indeterminado. No movimento de 88 houve demissão de outros companheiros que fizeram a greve, mas eles retornaram imediatamente, a minha reintegração não foi aceita. Creio que por ser coordenador do NF. Voltaria, então, somente em 90.

Libera - E o que aconteceu?

Tavares - Em 90 houve o Plano Collor. Sou demitido novamente nesta conjuntura. Quando os companheiros voltam, reintegrados por uma Anistia, em 92 eu continuava demitido e só com a greve de 94, que foi uma greve com parada de produção também na Plataforma por tempo indeterminado, eu retornei. Os companheiros de Minas Gerais que colaboraram com a greve foram acusados injustamente de sabotadores e não tiveram essa reintegração. Eu retorno com mais um grupo que já havia sido demitido anteriormente em 88 e 90, principalmente o pessoal que havia sido demitido em 90. Nós retornamos e os companheiros de Minas não foram reintegrados porque Itamar colocava que eles eram sabotadores. Em 95 retomamos a greve por não cumprimento do acordo de 94 e a reintegração dos companheiros de Minas. Esta greve de 95 foi a mais forte, foram 45 dias de paralisação. Foi a primeira vez em que Cubatão entrou em greve com parada de produção. Foi a primeira refinaria que entrou em greve com parada de produção. Mas houve

um acordo de Vicentinho (CUT) com Fernando Henrique que fez com que houvesse uma degola enorme entre os militantes mais destacados, com quase 100 demitidos, inclusive eu, e quase mil punidos na Bacia de Campos. Então há um refluxo do movimento sindical em função desse acordo feito pela CUT com Fernando Henrique. É importante ressaltar que a opção de greve de ocupação com parada da produção, adotada pelos companheiros da Refinaria de Cubatão, foi respaldada pela nossa experiência da Bacia de Campos. Em delegação propusemos isto em Cubatão e ganhamos esta proposta, tanto que Cubatão fez a greve de ocupação

Libera - E esta “degola” reverteu?

Tavares - Em 2001, quando já se achava que tudo estava perdido, a Bacia de Campos entra novamente em uma greve de ocupação com controle da produção por tempo determinado. Mas para Fernando Henrique isto é um baque. Como é que uma “vanguarda” inteira que tinha sido degolada de repente em 2001 retorna com uma **greve de ocupação**? A **greve de ocupação** com **parada de produção** mostrou-se uma arma tão eficaz dos trabalhadores que até a burocracia sindical, tentando fugir do rótulo de pelega, como no ano passado, propôs parte disto à categoria.



Ocupação do EDISE, 1992.

Esta forma de luta, que é uma forma de **ação direta**, é que é eficaz. E sabemos que ela vai ser completamente vitoriosa quando nas negociações estiverem os representantes das **comissões de base**. Porque, enquanto delegarmos aos representantes sindicais de sindicatos estruturados pelo Estado e a ele atrelados, vão existir sempre acordos muito por baixo, muito aquém das expectativas dos trabalhadores e por muitas vezes, como na greve de 95, com acordos traidores e que

degolam companheiros.

Libera - E os demitidos de 95?

Tavares - Recebemos um apoio do movimento anarquista muito grande. O movimento anarquista sempre esteve presente desde a ocupação do Edise (Edifício Sede da Petrobrás no centro do Rio) em 92 para 93. Na anistia de 2004 também recebemos apoio total, inclusive nos acampamentos à porta do Edise que reivindicavam nossa reintegração à empresa e sempre propondo a **ação direta** dos trabalhadores. O anarquismo sempre esteve com as lutas dos trabalhadores de uma forma honesta e responsável, não colocando a questão da política partidária, não querendo nenhum fruto para a política partidária, mas sim para contribuir para a organização de um sindicalismo que seja de combate às classes dominantes.

Libera - E como foi a Anistia de 2004?

Tavares - Em 2002 iniciamos o debate a respeito desta questão. No governo Fernando Henrique existia uma lei em tramitação no Congresso cujo objetivo era implodir a organização independente dos petroleiros. No início do governo Lula não se falava em Anistia e sim em readmissão, com claro propósito de diminuir o impacto das conquistas. Mas em 2003 já estava clara a tentativa do governo em substituir a vitória de um movimento de base, o da Anistia, por um processo administrativo e parlamentar configurado em simples readmissão. Então nós anarquistas colocamos que não, o que precisamos sim era da Anistia. Alguns companheiros achavam que tinha que ser feita uma lei de Anistia e nós nos defendíamos a **ação direta** para conseguí-la. Considerávamos que se

ficássemos dependendo de lei, de acordos entre os parlamentares, íamos ser prejudicados.

Libera - “*Pede ação, não pede lei*”.

Tavares - Não só os demitidos da greve de 95. Nossa proposta era que não só os demitidos de 95 mas todos os que tinham sido perseguidos ou prejudicados pelo neo liberalismo fossem anistiados também. Esta era a proposta geral. Não conseguimos, mas conseguimos pelo menos a Anistia dos companheiros da greve. Não conseguimos um acúmulo de forças para lutarmos neste sentido.e muitos militantes já estavam até satisfeitos com a questão de voltar apenas o pessoal da greve de 95 anistiado. A luta foi vitoriosa e aí vem o aspecto do papel que cada um desempenhou nesta questão. Neste momento em que os anarquistas questionavam uma lei que iria dar apenas a readmissão, enfrentaram uma Articulação Sindical, já no governo, que aceitava nossa readmissão, e ao mesmo tempo o pessoal do MTS que ficou em cima do muro. Nos primeiros meses, o MTS, tendência sindical do PSTU, não se posicionou efetivamente a favor de nossa proposta de Anistia. Isto só acontece durante o acampamento em frente ao Edise, em maio de 2003.

Libera - *Você faria outras críticas ao MTS/CONLUTAS?*

Tavares - Eu digo é que eles nunca se posicionaram em favor das **comissões de base**, e isto já vem de longe. Não são a favor das **comissões de base** em sua forma autônoma. Querem as **comissões de base** sempre ligadas ao sindicato, e não de forma autônoma como devem ser. **Comissões de base**, o nome já diz tudo, são organizações pela base. Tentam sempre manter a estrutura sindical como geradora de tudo. E uma estrutura atrelada ao governo. Eles nunca colocaram isto de uma forma bem clara. Em 2004 estas mesmas pessoas continuavam compondo com a CUT, isto é, com a posição verticalista do sindicalismo. Este é o ano em que começa a aparecer a CONLUTAS.

Libera - *Você então compararia a CONLUTAS com a CUT em sua fase inicial?*

Tavares - É uma repetição mais recuada do que era a CUT no início, porque a CUT defendia as **comissões de base** e o rompimento com a estrutura sindical atrelada ao Estado. A CONLUTAS não coloca nada disso. Inclusive na questão das delegações eles defendem propostas opostas a um sindicalismo autônomo.

Libera - *Então seria até um retrocesso?*

Tavares - Com certeza. Eu não embarcaria nessa. Estão aquém da CUT em seu início. Não dessa CUT de hoje, claro. Mas no sentido sindical revolucionário que a CUT apresentou em suas origens, está muito abaixo. No âmbito revolucionário, pois havia o setor conservador, ligada aos sindicatos atrelados, que eram o Lula (metalúrgicos), o Olívio Dutra e o Gushiken (bancários) e Jacó Bittar (petroleiros). Questões importantes para os trabalhadores foram colocadas no momento inicial da CUT. Para que se tenha uma idéia foi em um curso de formação sindical, realizado em Campinas, que tive o primeiro contato com idéias anarquistas. O sindicato dos petroleiros de Campinas era nossa referência na época, pois havia feito uma greve durante a ditadura, e isto nos comoveu muito. Parece que em Mataripe (Bahia) houve uma greve com parada de produção, que teria sido a primeira, antes mesmo de Cubatão. O Sindipetro de Campinas era ligado ao Jacó Bittar,

seu presidente demitido logo depois da greve de 1983. Naquele curso de formação se falou no sindicato anarquista no início do século XX e foi a primeira vez que o anarquismo me chamou a atenção.

Libera - *Mas aproveitando o seu comentário, por que você, naquela oportunidade, não foi atraído por outra ideologia de esquerda, como, por exemplo, o trotskismo?*

Tavares - Para analisarmos o trotskismo teríamos que nos remeter à Revolução Russa em 1917, onde os soviets, que eram conselhos de trabalhadores autogestionados pelos revolucionários de primeira hora, não só anarquistas, foram abafados, trucidados pelo Exército Vermelho cujo comandante na época era Trotsky. E logo depois, na questão do sindicalismo após a morte do Lênin, o Trotsky sempre colocou que o sindicato tem que estar do lado do partido. Então essa visão de partido é que não pode ter dentro do sindicalismo, principalmente do sindicalismo revolucionário. Nós, anarquistas, combatemos isso, porque temos a certeza de que o sindicalismo revolucionário tem que ser um eterno combate contra qualquer dominante, seja de que lado diga que esteja e de que cor se proclame. A luta dos trabalhadores tem que ser autogerida, como houve no sindicato polonês Solidariedade. Autogestão nos locais de trabalho, na direção. Isto é oposto a qualquer pensamento marxista, inclusive o trotskismo. O marxismo considera que o partido é que tem de estar dirigindo tudo. É o chamado centralismo democrático que, na verdade, é o domínio de alguns que se julgam cabeças iluminadas e que julgam saber as respostas para todos os problemas da humanidade. Então é isto que combatemos, porque somos a favor de uma forma de estruturação social que é a autogestão, o federalismo, sem nações, todos os povos organizados em federações. Esta é proposta anarquista, oposta à política marxista, à visão leninista de centralismo democrático. Tanta coisa já aconteceu para que a história confirme o acerto das teses anarquistas.

Libera – *Como você vê os recentes acontecimentos na França?*

Tavares - Este caso da França fecha bem o que estou tentando dizer. Você vê que ali havia uma lei promulgada, tudo já decidido pelo governo. Então vem o povo, os sindicatos autônomos, as organizações de base, que vão para rua, fazem uma greve geral e impedem que os sindicatos verticalizados façam acordos com o governo. Com o povo na rua, desmoralizam o governo e qualquer tipo de acordo até então feito. E aí se consegue esta grande vitória, que é a de derrubar uma lei. Porque as leis podem ser derrubadas pelo povo e pelas organizações que combatem o capitalismo. Está aí provado à eficácia da ação direta. Mais um exemplo, na prática, que a ação direta é a grande arma dos trabalhadores. E não é aquela coisa de falar “Ah, não, mas esta é a organização natural das massas”. Mas não é natural, é preciso passar informação, discutir com as pessoas, fazer com que elas percebam a realidade dos fatos. Isto aconteceu lá. Natural é só a revolta, não a mobilização. Então, isto está provado, tanto para os capitalistas quanto para o pessoal da esquerda marxista. Neste contexto é que colocamos a questão do 1º de Maio. Lembramos que dos oito mártires executados, sete eram anarquistas e estavam à frente da luta pela redução da jornada de trabalho.

Primeiro de Maio é dia de luto e luta!



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS: FARJ 2 CP 15001. CEP 20155-970. Rio/RJ * **LETRALIVRE**. CP 50083. CEP 20062-970. Rio/RJ * **COL. DOMINGOS PASSOS**. CP 100670. CEP 24001-970. Niterói/RJ * **CCS**. CP 2066. CEP 01060-970. São Paulo/SP * **ANA**. CP 78. CEP 11525-970. Cubatão/SP * **COL. TERRA LIVRE**. CP 1731. CEP 01009-970. São Paulo/SP * **COMLUT**. CP 768; CEP 13001-970. Campinas/SP * **MLPL**. CP 146. CEP 40001-970. Salvador/BA * **APPL**. CP 053. CEP 40001-970. Salvador/BA * **NUELCA**. CP 14. CEP 48000-970. Alagoinhas/BA * **FCL**. CP 10.115. CEP 58109-970. Campina Grande/PB * **MAPI/BA**. CP 185. CEP 40001-970. Salvador/BA * **GEAL**. CP 3244. CEP 78060-970. Cuiabá/MT * **CNA**. CP 294. CEP01059-970. SP/SP * **CRAP**. CP 584. CEP 14801-970. Araraquara/SP * **OPÚSCULO LIBERTÁRIO**. CP 15. CEP 11401-970. Guarujá/SP * **AFIM e GEAAP**. CP 2744. CEP 59022-970. Natal/RN * **MOTIM**. CP 77. CEP 29146-970. Cariacica/ES * **RLBS**. CP 99. CEP 11010-970. Santos/SP * **GASA**. CP 11. CEP 29390-000. Iúna/ES * **CCMA**. CP 665. CEP 01059-970. São Paulo/SP * **BARRICADA LIBERTÁRIA**. CP 5005. CEP 13036-970. Campinas/SP * **CAZP**. CP 136 CEP 57020-970 Maceió/AL * **CAO** CP 306 CEP 65001-970 São Luís/MA * **FENISKO NIGRA** CP 999 CEP 13001-970 Campinas/SP * **COL. RUPTURA** CP 2501 CEP 60721-970 Fortaleza/CE